

RACISMO ALGORÍTMICO: IMPLICAÇÕES NA VIVÊNCIA DE MULHERES NEGRAS

Algorithmic racism: implications for the lived experience of black women

Cyntia Barbosa Oliveira^{1*}

Mariana Pinheiro de Souza^{2*}

RESUMO

O presente artigo é construído a partir de uma metodologia qualitativa, traçando como objetivo a discussão teórica que versa sobre as implicações do racismo algorítmico na vivência de mulheres negras. São mobilizadas discussões sobre o processo de se tornar negra e a resistência através do amor à negritude. Além disso, é direcionada atenção aos algoritmos da opressão e as formas de dissimulação do racismo. Para versar sobre o racismo que se dissimula no ambiente digital, autoras e autores como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, Kabengele Muanga, Safiya Umoja Noble, Tarcízio Silva e Sueli Carneiro, entre outros, são mobilizados. Conclui-se, mobilizando autores que versam sobre o tema e direcionando o olhar a alguns dados já apresentados, que além de tecnologias algorítmicas não apresentarem neutralidade, também excluem e invisibilizam mulheres negras, as mais suscetíveis a ataques na internet. Nesse sentido, redes sociais são mobilizadas por mulheres negras como instrumento de combate e resistência aos processos já presentes na sociedade que migram ao digital.

Palavras-chave: Racismo algorítmico; identidade; mulher negra.

ABSTRACT

This article is constructed using a qualitative methodology, with the main objective of engaging in theoretical discussions regarding the implications of algorithmic racism in the lived experience of black women. The paper delves into discussions surrounding the process of becoming black and resistance through the cultivation of love for blackness. Additionally, attention is directed towards algorithms of oppression and the various ways in which racism is concealed. In addressing racism

^{1*}Universidade Federal de Pelotas. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPel; bolsista CAPES; graduada em Administração pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); pesquisadora do Grupo Transdisciplinar em Pesquisa Jurídica para uma Sociedade Sustentável da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: cyntiabaroli@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0354-3492>.

^{2*}Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do Grupo Transdisciplinar em Pesquisa Jurídica para uma Sociedade Sustentável na linha de pesquisa: Interseccionalidades e tecnologias disruptivas na (e para a) educação. Graduada em Tecnologia em Processos Gerenciais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: m.pinheirodsouza@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5216-9021>.

that disguises itself in the digital environment, authors such as Patricia Hill Collins, Sirma Bilge, Kabengele Muanga, Safiya Umoja Noble, Tarcízio Silva, Sueli Carneiro, among others, are invoked. By synthesizing the insights of these authors and focusing on previously presented data, the conclusion is drawn that, aside from lacking neutrality, algorithmic technologies also contribute to the exclusion and invisibility of black women, who are particularly susceptible to online attacks. In this context, social media emerges as a tool mobilized by black women for both combating and resisting the societal processes that have migrated to the digital realm.

Keywords: Algorithmic racism; identity; black women.

1.INTRODUÇÃO

Traçar uma discussão sobre mulheres negras é, consequentemente, pensar em dois marcadores comuns: raça e gênero. É partindo desses marcadores comuns que delineamos o que é proposto aqui, a partir de um recorte referente a pesquisa desenvolvida por uma de nós no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Ainda que raça e gênero não sejam temáticas recentes nas áreas de ciências humanas, é importante salientar que as construções sociais que caracterizam esses marcadores se dissimulam, acompanhando as formas de sociabilidade de cada período histórico.

Ao mobilizarmos autoras como Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2019), podemos observar que, ainda que tais autoras descrevessem a realidade empírica que observavam há mais de 30 anos, alguns relatos nos parecem muito atuais. Gonzalez (2020) enfatiza, por exemplo, o papel subalternizado das populações negras em geral e da mulher negra, em particular. Ao passo que Carneiro (2019) evidencia as necessidades de refletirmos sobre quais mulheres estamos debatendo, sempre que nos propusermos a discutir gênero, pois as realidades de mulheres negras e brancas são distintas. Assim como, ambas mobilizam o que determinaremos aqui como um olhar interseccional aos processos sociais.

E é mobilizando Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) que definimos o olhar interseccional como uma forma para compreendermos as relações de poder que agem sobre as sociedades em que estamos inseridos. Além disso, é a partir do conceito de interseccionalidade que pensaremos as mulheres negras como múltiplas, pois ainda que compartilhem os marcadores de gênero e raça, as possibilidades de *autodefinição* (Collins, 2019), *(re)construções* e descobertas são plurais. Processos que podem ser potencializados, em diferentes níveis, através das socializações, destacamos aqui as mediadas pela *internet*.

Ao nos voltarmos aos ambientes digitais, enfatizamos que as formas de interação se transformaram e percepções do senso comum constroem percepções da *internet* como um ambiente mais democrático e livre de perigos aos quais se é exposto fora dela (Collins; Bilge, 2021). De encontro a essa perspectiva da *internet* e das redes como elementos inocentes que prestam um serviço sem exigir nada em troca, observamos o *racismo algorítmico*, que como define Tarcízio Silva (2022) é um processo de reprodução dos comportamentos racistas já presentes em nossa sociedade também nas esferas digitais.

Em consonância, Safiya Umoja Noble (2021) mobiliza discussões sobre os *algoritmos da opressão*, refletindo como populações marginalizadas são mais expostas aos processos de discriminação e falta de proteção ao utilizarem mecanismos de busca, redes sociais e outras funcionalidades disponibilizadas através da *internet*. É ao direcionarmos o olhar às infinitas possibilidades concedidas pela *internet*, de modo geral e ao número crescente de funcionalidades (privadas e públicas) mediadas por inteligência artificial, que objetivamos, ao longo deste artigo, traçar uma discussão teórica que versa sobre as implicações do racismo algorítmico na vivência de mulheres negras.

Destacamos que não são traçadas aqui propostas de condenação das funcionalidades proporcionadas pela *internet*, pois como evidenciaremos no item a seguir, as redes construídas através da *internet* e que, frequentemente, só existem em espaços *online*, foram responsáveis por levar e compartilhar informação com muitas mulheres, antes sem acesso. Além disso, processos como uma construção positiva da identidade negra, em muito pautada pelos coletivos, teve expansão por meio de marchas dos cabelos crespos organizadas através das redes sociais, como destacam Deborah Pereira e Ana Paula Thé (2019).

Ou seja, o “tornar-se negra” é um processo, como evidencia Neusa Santos Souza (2021), que diante das sociabilidades mediadas pela *internet*, teve a possibilidade de atuar de formas diferentes e atingir públicos ainda não alcançados. Assim, a *resistência* através do amor à negritude, como compartilhada por bell hooks (2019), se delineia a partir do acesso a conteúdo, cuidados com o cabelo crespo, grupos de escuta e conversa mediados por tecnologias digitais. Ao passo que o processo de compartilhamento dessas perspectivas e de conteúdos voltados especificamente às mulheres negras cresce, há limitações na forma como a divulgação de produções negras são projetadas nas plataformas e ainda, uma dificuldade de que tais produtoras sejam encontradas nos buscadores *online*.

Tal processo pode ser caracterizado como os algoritmos da opressão (Noble, 2021) e o

racismo algorítmico (Silva, 2022) atuando na prática e, para direcionarmos o olhar às formas de dissimulação dessas práticas, bem como discutiremos algumas de suas implicações, nos direcionamos ao item seguinte deste artigo. Onde além de mobilizarmos mais detidamente tais conceitos, observaremos suas consequências no cotidiano da população negra em geral e das mulheres negras, particularmente.

Por fim, evidenciaremos as possibilidades e alternativas encontradas por ativistas *online*, pois, ainda que a *internet* se mostre um ambiente hostil a minorias sociais, é importante considerar as potencialidades que ofereceu a mesma população. Evidenciando como mulheres negras que conseguiram ultrapassar, em determinada medida, os efeitos do racismo algorítmico, lidam com as dissimulações do racismo apresentadas com as tecnologias digitais. Assim, além desta introdução e das considerações finais, o artigo apresenta os três itens aqui brevemente apresentados. E, para uma melhor compreensão sobre as identificações de mulheres negras em tempos de sociedade informacional, bem como as dissimulações do racismo diante de tais tecnologias, convidamos a leitora e o leitor a nos acompanharem.

2. AUTODEFININDO IDENTIFICAÇÕES: O PROCESSO DE SE TORNAR NEGRA COM A INTERNET

Ser negra é tornar-se, um processo que cruza construções, identificações, aproximações e distanciamentos, como enfatiza Neusa Santos Souza,

A descoberta de ser negra é mais do que a construção do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar muitos véus.) Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas também é, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 2021, p. 46).

Assim, ao mobilizarmos discussões que versam sobre o processo de construção e, especialmente, afirmação de determinada identidade, é importante que determinados aspectos históricos como ascensão social e classe sejam abordados, tal como realizado em diversos estudos canônicos das relações étnico-raciais. Por outro lado, aqui, evidenciamos os processos subjetivos dessas construções, desenvolvidos mediante imaginários coletivos. Kabengele Munanga (2019) explora estratégias de branqueamento social, responsáveis, no contexto brasileiro, por enraizarem na população negra desejos de se distanciar de suas origens. O autor enfatiza as relações formadas

entre branquitude e as possibilidades de ascensão social e financeira.

Diante de processos de buscar por um embranquecimento, populações negras passam “[...] a ver-se com os olhos e a falar a linguagem do dominador” (Souza, 2021, p. 60), fazendo com que haja um processo de afastamento da cultura, dos traços e até mesmo da história negra. Munanga (2019) enfatiza a identidade negra, assim como qualquer outra, é um processo negociado diante das relações de poder formadas, assim em uma sociedade onde o racismo é um dos determinantes sociais, negros e negras que ascendiam socialmente precisavam se adequar a determinados padrões. Processos que, embora não estejam extintos, agem de formas menos explícitas e não configuram mais uma regra, pois é possível observarmos, mesmo através da *internet*, negras e negros que ascenderam se mantêm aliados a suas histórias, origens e fazem questão de fortalecer identificações da coletividade negra.

Ao direcionarmos o olhar especificamente para mulheres negras, evidenciamos, conforme Sueli Carneiro, há um processo de superação dupla, pois é necessário ser superado o sexismo ainda atuante e o racismo que, para a autora,

[...] estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em especial, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como a questão de gênero na sociedade brasileira (Carneiro, 2019, p. 327).

A desmobilização de movimentos coletivos pode ser observada como uma estratégia de grupos dominantes, pois através do enfraquecimento as ações que poderiam ter força devido à proporção que alcançam, são descredibilizadas em seu delineamento inicial³. A desmobilização de movimentos coletivos dos grupos marginalizados pode ser observada como uma das consequências de não deter poder sobre as tecnologias digitais, como deteremos maior atenção no próximo item. Entretanto, cabe evidenciarmos aqui que essas minorias sociais não têm o capital (especialmente financeiro) para combater/descredibilizar aquilo que é dito sobre eles nas redes (Noble, 2021).

Retomando as mulheres negras, Gonzalez (2020) enfatiza que por não serem homens, tampouco brancas, essas compõem o estrato mais baixo da sociedade. É nesse sentido que o imaginário social constrói uma gama de definições estigmatizadas e essencializadas sobre o que

³ Como exemplo podemos evidenciar a série de vídeos proposta pela *youtuber* Gabi Oliveira (@DePretas), onde são discutidas as *fake news* (notícias falsas) compartilhadas na *internet*. Na série de vídeos é possível observar que as notícias falsas são utilizadas de maneira estratégica quando grupos marginalizados se organizam coletivamente buscando justiça por crimes cometidos pela polícia, por exemplo.

consideram ser uma mulher negra, as relegando aos espaços onde tem como principais funções servir: seja como mãe preta/empregada doméstica ou como mulata (Gonzalez, 2020). Tais visões essencializadas podem ser definidas como *imagens de controle* (Collins, 2019), ou seja, imagens construídas a partir de definições que objetivam a perpetuação de determinados indivíduos em locais específicos, subalternizados.

Imagens de controle, dentro da perspectiva mobilizada por nós, são “[...] traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (Collins, 2019, p. 136). É justamente a partir do processo de superação dessas imagens, mobilizando a *autodefinição*, que as imagens de controle passam a ser desafiadas.

A autodefinição pode ser observada como a possibilidade de que mulheres negras se tornem as responsáveis por definir quem são as mulheres negras, tanto a partir de uma visão coletiva, quanto individual (Collins, 2019). E, como enfatiza a autora, “longe de ser uma preocupação secundária no que diz respeito às mudanças sociais, desafiar as imagens de controle e substituí-las pelo ponto de vista das mulheres negras formam um componente essencial da resistência às opressões interseccionais” (Collins, 2019, p. 202). Dessa maneira, a autodefinição é mobilizada pela autora como as possibilidades de que mulheres negras sejam definidas por elas mesmas.

É nesse sentido que recorremos a duas perspectivas brevemente abordadas: a mobilizada por Souza (2021) e por hooks (2019), pois as autoras enfatizam a potencialidade de se tornar negra e de resistir através do amor, respectivamente. Souza (2021) aborda que a negritude é um vir a ser, ou seja, é necessário que a negação da raça deixe de atuar, abrindo espaço para que os indivíduos possam perceber a negritude a partir de pressupostos positivos, assim, tornando-se negros. Corroboramos a perspectiva da autora, pois é necessário haver um processo de distanciamento das percepções hegemônicas sobre o que se define como ser negra, para que se tornar negra, em uma perspectiva positiva, possa surgir.

Nesse mesmo sentido, mobilizamos a perspectiva de hooks (2019), em que a autora enfatiza que a resistência negra se dá por meio de um processo de amor, amor à negritude. Nas palavras da autora:

[...] pessoas negras que “amam a negritude”, isto é, que descolonizaram suas mentes e romperam com o tipo de pensamento supremacista branco que insinua que somos inferiores, inadequados, marcados pela vitimização etc., geralmente concluem que somos punidos pela sociedade por ousar romper com o status quo. Em nossos empregos, quando nos expressamos a partir de um ponto de vista descolonizado, arriscamos ser vistos como perigosos e pouco cordiais (hooks, 2019, p. 46).

Assim, evidenciamos que para nós, mobilizar os processos de autodefinição como prática é resistir. Uma resistência que se desenvolve através do amor, através do amor à negritude. É a partir desse ponto que direcionamos atenção aos processos mediados por tecnologias digitais, pois as sociabilidades mediadas pela internet compõem elemento importante na construção de identificações positivas de mulheres negras. Pereira e Thé (2019) destacam que a afirmação da identidade negra, assim como a autodefinição, iniciou a partir do compartilhamento de experiências e participação de eventos organizados a partir das redes sociais, conferindo especial atenção ao Twitter⁴. As marchas a favor da utilização dos cabelos crespos e cacheados em sua forma natural fizeram com que outro movimento ascendesse na *internet*: o compartilhamento de vídeos onde os cuidados com os cabelos crespos e cacheados fossem compartilhados (Pereira e Thé, 2019).

A negritude passa a ser valorizada, o que tem início com marchas para utilização do cabelo natural na *internet* se amplia e faz com que contas e canais sejam criados tanto para os debates sobre a estética negra quanto para debates que envolvem literatura negra, história da ancestralidade, compartilhamento da cultura e posicionamentos críticos focados em gênero e raça⁵. A *internet* passa a ser mobilizada como um instrumento de busca, um instrumento que rompe fronteiras e aproxima tanto realidades diversas quanto perspectivas que antes pareciam inalcançáveis. Ou seja, até mesmo as possibilidades de construir uma autodefinição, de poder amar a própria negritude busca, eventualmente, subsídios naquilo que é publicizado, compartilhado nas redes.

A busca pelo conhecimento acerca da questão da identidade perpassa pelo viés existencial, na medida em que os fatores cognitivos, práticos, políticos, sociais e financeiros que englobam a compreensão do nosso lugar no mundo, são suplantados pelo entendimento de se saber influenciar pelas instituições sociais e de poder (Pereira; Thé, 2019, p. 173).

Há percepções sociais, portanto, que consideram a internet, de modo geral, como espaços de democracia e onde todos têm as mesmas possibilidades, seja de manifestar opiniões ou mesmo com relação ao alcance que as produções podem alcançar. O que agrupamos a nossa argumentação é que essa é uma visão que se desenvolve diante da opacidade presente nas formas de operação das tecnologias mediadas pela internet (Silva, 2022), mas que não é real. Pois, assim como a maioria

⁴ O antigo *Twitter*, agora denominado X, foi um instrumento importante nas mobilizações coletivas organizadas a partir do ano de 2013, pois a plataforma atuou como ferramenta para o alcance da população. A partir do alcance desses grupos se formaram e é possível observar a formação de novas relações com a estética negra, especialmente com o cabelo, um dos elementos que se destaca mesmo nos nomes das marchas.

⁵ São muitas as mulheres negras que compartilham conteúdo crítico na internet, seja no *Instagram*, no *YouTube* ou em outras redes sociais. Alguns exemplos que podem ser encontrados em ambas as redes sociais, a saber: Maria Ferreira, Ana Paula Xongani, Gabi Oliveira, Patrícia Avelino, Nath Finanças, entre tantas outras.

das tecnologias, a internet, de modo geral, e as redes sociais e buscadores, particularmente, são desenvolvidos visando gerar lucros (Noble, 2021). É nesse sentido que, podemos afirmar, corroborando a autora que

Na realidade, monopólios de informação como o Google têm a capacidade de priorizar resultados de buscas na internet com base em uma variedade de tópicos, como promover seus próprios interesses mercadológicos sobre os de competidores ou empresas menores que são clientes de publicidade menos lucrativos do que as grandes corporações multinacionais. (Noble, 2021 p. 46 - 47).

Assim, ainda que redes sociais sejam instrumentos relevantes na construção contemporânea de autodefinições individuais e coletivas, é importante não observarmos tais tecnologias como aliadas ou mesmo com neutralidade, pois ainda que possibilitem o alcance a conteúdos antes de difícil acesso, discussões com perspectivas críticas e mesmo o acesso à história negra, as tecnologias digitais atuam a serviço da hegemonia. É nesse sentido que convidamos a nos acompanharem ao próximo item, para debatermos, inicialmente, as dissimulações do racismo no ambiente digital e ainda quais suas formas de atuação, desmistificando as percepções da internet e da tecnologia como elementos neutros.

3. DISCURSO DE ÓDIO E RACISMO ALGORÍTMICO: AS SOCIABILIDADES MEDIADAS PELO DIGITAL

Antes de nos atermos de maneira mais profunda às razões pelas quais as redes não são neutras, cabe evidenciar que as mulheres negras representam a parcela mais suscetível ao racismo na internet. Luiz Valério Trindade (2022) realiza um estudo onde consegue detectar que, na internet, reproduzindo aquilo que é conhecido fora dela, as mulheres negras são as maiores vítimas de *discurso de ódio* e manifestações racistas e sexistas que acontecem de maneira gratuita. O autor enfatiza as possibilidades de que, diante de legislações ainda indeterminadas sobre os crimes cometidos em ambientes digitais, pessoas racistas se sintam autorizadas e à vontade para realizarem seus crimes.

Outro aspecto que cabe destacar é com relação a falsa sensação de anonimato, pois em determinadas redes sociais é possível que contas falsas sejam criadas e, assim, os discursos de ódio são mobilizados sem que o rosto do agressor seja publicizado. Trindade (2022) destaca que as mulheres negras são alvo de ofensas racistas que envolvem sua cor, gênero e presença em espaços públicos, especialmente quando são figuras conhecidas. Essas manifestações racistas são resultado

de atos deliberados, tanto individuais como coletivos, que revelam uma consciência discriminatória por parte dos agressores. Segundo a autora, a internet oferece um diferencial nesse cenário, permitindo o anonimato e apresentando legislações pouco claras que muitas vezes deixam esses crimes impunes, tanto ou até mais do que fora das redes sociais

Já ao direcionarmos o olhar ao conceito de ‘racismo algorítmico’, a opacidade presente na internet, de modo geral, entra em cena, pois ainda não é possível definir todas as formas de atuação que o racismo algorítmico assume. Silva (2022) define o racismo algorítmico como um processo de dissimulação do racismo já enraizado em nossa sociedade, assim é em meio aos processos de concepção, elaboração e programação das redes e das demais tecnologias digitais presentes em nosso cotidiano que a forma de atuação do racismo é introduzida. Assim, o autor enfatiza ainda que a hierarquização social presente na sociedade não deixa de existir quando nos debruçamos sobre o digital, ao contrário, “Algoritmos medeiam quais sujeitos são ou não inclusos, como são ordenados, suas hierarquias de valor ante os objetos e o capital e também situações em que vidas são consideradas descartáveis” (Silva, 2022, p. 66).

O que se desenvolve diante desses processos é que os comportamentos racistas, que antes eram detectáveis em processos seletivos, por exemplo, se tornam opacos e, muitas vezes, imperceptíveis, pois a hierarquização acontece a partir dos algoritmos, sem processo de interferência humana. Retomamos aqui, portanto, a discussão sobre a não neutralidade desses mecanismos: Noble (2021) destaca, dentre as credibilidades compartilhadas como reais para a internet, que, há a crença de que os resultados iniciais das páginas de busca, como o Google, representam informações verídicas ou aquilo que é mais acessado/buscado pelos usuários de maneira geral. Essa definição parte do pressuposto de neutralidade dos algoritmos, pois, se estes são construídos a partir de fórmulas e programações, tendo como objetivo atender à demanda dos usuários de maneira mais assertiva, é interessante essa linha de raciocínio.

Por outro lado, a autora explica que “Tornar conteúdo na *web* (páginas) localizável através de mecanismos de busca é um projeto expressamente social, econômico e humano” (Noble, 2021, p. 74) e ainda que “uma das razões pelas quais isso é visto como um processo neutro é porque soluções algorítmicas, científicas e matemáticas são avaliadas por práticas procedimentais e mecanicistas [...]” (Noble, 2021, p. 75). Isso significa dizer que, tais processos são construídos para haver credibilidade na ideia de que são neutros, tal perspectiva é rentável. A autora desenvolve análise sobre os algoritmos da opressão refletindo as formas como o *Google* fomenta e lucra com o racismo, direcionando especial atenção à realidade de mulheres negras, mas elevando sua análise a populações marginalizadas de modo geral pois,

é importante para as pessoas, particularmente as marginalizadas - como mulheres e meninas e pessoas não brancas -, serem críticas de resultados que se propõem a representá-las nos primeiros dez ou vinte resultados de um mecanismo de busca comercial. Essas pessoas não têm o capital econômico, político e social para suportar as consequências da má representatividade. Se alguém detém grande quantidade de poder, é possível suportar ou amenizar a má representatividade em nível de grupo e com frequência até em um nível individual. Já pessoas marginalizadas e oprimidas estão vinculadas ao status de seu grupo e é menos provável que lhes seja concedido um *status* individual e proteção contra as experiências dos grupos com os quais se identificam (Noble, 2021, p. 54 - 55).

Assim, a autora enfatiza que as redes são construídas para prestar serviço às grandes economias, não as minorias sociais, pois essas populações não são responsáveis pela maior parte da geração de lucro. E ao relacionar mulheres negras, buscas online e crenças na neutralidade, a autora destaca:

O *status on-line* comoditizado dos corpos de mulheres e meninas negras merece atenção acadêmica porque, nesse caso, seus corpos são definidos por um sistema tecnológico que não leva em conta os significados sociais políticos e históricos mais amplos de representações sexistas e racistas. A própria presença de mulheres e meninas negras nos resultados de buscas é mal compreendida e turvada por narrativas dominantes sobre a autenticidade e falta de vieses de busca. Em essência, o contexto social ou o significado de representação pejorativas ou problemáticas de mulheres negras nas listas do Google é normalizado por conta de onde aparecem, tornando mais fácil para algumas pessoas acreditarem que o que existe na página é estritamente o resultado de mais pessoas buscando por mulheres negras em sites pornográficos do que qualquer outra coisa. Isso ocorre porque o público acredita que o que ascende para o topo das pesquisas é o link mais popular ou mais confiável, ou ambos (Noble, 2021, p. 65).

Além disso, podemos retomar autores que direcionam o olhar à realidade negra brasileira e cruzar esses levantamentos com o que acontece através do racismo algorítmico e dos algoritmos da opressão. Abdias Nascimento (2016) discute as estratégias mobilizadas para o genocídio do negro brasileiro, abordando temáticas como o embranquecimento, aqui explorado por nós, e o encarceramento em massa. Outro aspecto mobilizado pelo autor que cabe destacar é referente à estrutura patriarcal herdada de Portugal, onde quem representa a condição mais vulnerabilizada é a mulher negra, mantendo-se ainda nessa posição. É nesse mesmo sentido que retomamos Gonzalez (2020), pois a autora enfatiza a ocupação da mulher negra como o “lixo da sociedade”, indivíduos que podem facilmente ser dispensados, cujas discussões são secundarizadas.

Silva (2022), ao traçar aproximações entre construções teóricas consolidadas e as dissimulações do racismo em ambientes digitais, também aborda o extermínio da população negra como uma das ferramentas implementadas. O autor amplia o debate estabelecendo relações entre o avanço das tecnologias digitais, como a ascensão de implantação de câmeras de

videomonitoramento nos centros urbanos e a manutenção de altas taxas de “erros” na hora de identificar criminosos. “Erros” que têm um propósito, pois o autor enfatiza ainda que “Reproduzir inferências racistas que colocam o negro e outros grupos racializados como violentos em potencial é um dos pilares da supremacia branca, na medida em que justifica controle e violência e impede a solidariedade e o associativismo baseados em classe.” (Silva, 2022, p. 121 - 122).

Oliveira e Spolle (2023), ao realizarem um estudo sobre a implementação de um dos grandes sistemas de monitoramento, o *Smart Sampa*, enfatizam as campanhas de denúncia à implementação de um sistema que promete tornar cidades mais seguras, mas, na verdade, reproduz estratégias de genocídio de uma população, através da reprodução do racismo:

O desenvolvimento de postagens, tanto no Twitter, quanto no blog da campanha, visam compartilhar conhecimento e denunciar os crimes que ocorrem com base na utilização da inteligência artificial, voltados ao genocídio da população negra. A necropolítica perpetrada pelo Estado encontra no racismo algorítmico um instrumento de dissimulação do racismo já presente na sociedade. Diante das discussões elaboradas pela campanha cabe a populações marginalizadas, especialmente indivíduos negros, mobilizarem-se em resistência a tecnologias que além de privarem os indivíduos de sua liberdade e privacidade, tornam-os alvos do racismo. Destacamos ainda que além do racismo, as tecnologias de reconhecimento facial são transfóbicas e xenófobas (Oliveira; Spolle, 2023, p. 14 - 15).

Ou seja, os algoritmos da opressão mantêm determinados pressupostos de supremacia em vigor, ao passo que suas formas de atuação se assemelham às fora da internet. Mas, como corrobora o autor, nesse processo é incorporado ainda diferentes níveis de opacidade, dificultando definições como: Quem são os responsáveis finais pelos erros cometidos? Como as populações atingidas lidam com os efeitos? A serviço de quem estão as tecnologias digitais? A crença de que mecanismos de busca e a internet, de modo geral, são ambientes neutros aumenta a probabilidade de que usuários não exerçam a criticidade que Noble (2021) evidencia ser necessária, pois é necessário que tentemos sempre lembrar que,

O mais popular na internet não é unicamente uma questão de o que os usuários estão clicando e como páginas da web estão *hyper linkadas* entre si - há uma variedade de processos em jogo [...] - ou, então, não clica em um resultado -, esse comportamento impacta resultados futuros. Uma consequência dessa complexidade é a dificuldade em explicar o comportamento do sistema (Noble, 2021, p. 94).

Outro aspecto interessante mobilizado pela autora é que “desigualdades estruturais da sociedade estão sendo reproduzidas na *internet*, e a luta por um espaço cibernético sem raça, gênero e classe pode apenas ‘perpetuar e reforçar os atuais sistemas de dominação’” (Noble, 2021, p. 113 - 114). E é nesse sentido que retomamos a discussão sobre representação negra em redes sociais, pois

é interessante evidenciar que determinadas mulheres negras atingem visibilidade como produtoras de conteúdo, seja no *Instagram*, no *YouTube*, no *TikTok*, ou quaisquer outras plataformas. O que embasa nossa crítica é refletir sobre quais são as discussões mobilizadas pelas mulheres que ocupam esses espaços e, principalmente, ao buscarmos temas genéricos (cozinha, economia, moda, futebol, etc.) em buscadores gerais ou nas abas de busca das redes sociais, quem são as pessoas que aparecem como sugestão?

Estar ciente das dissimulações do racismo presente nas redes sociais, bem como da implementação de pressupostos racistas em tecnologias digitais que supostamente objetivam ampliar a segurança e comodidade dos usuários, é importante e surge como temática a ter o debate ampliado. Por outro lado, dentro dos sistemas de organização social vigentes, reconhece-se que estar conectado é uma necessidade, em diferentes ramos da vida. Nesse sentido, assim como quando debatemos o racismo fora das redes, evidenciamos a necessidade de estratégias para que a população negra tenha acesso e segurança; o mesmo deve ser direcionado às sociabilidades digitais.

Assim, pensando nas mobilizações positivas das tecnologias digitais e no enfrentamento às dissimulações do racismo mediante estratégias de resistência (hooks, 2019), convidamos leitoras e leitores a nos acompanharem ao próximo item.

4. INTERSECCIONANDO OS DEBATES: DAS VIOLÊNCIAS ÀS POSSIBILIDADES DO DIGITAL

Com a proposta de interseccionar os debates, cruzando as diferentes formas de opressão que circundam mulheres negras, bem como as possibilidades que surgem do processo de se auto definirem, recorremos a Collins e Bilge (2021), onde mais do que definirem a interseccionalidade como pontos que se cruzam, discriminações somadas, as autoras a exploram como uma forma de compreender a realidade social a que estamos expostos. Assim, as autoras apontam a seguinte definição de interseccionalidade, em linhas genéricas:

[...] investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 15 – 16).

Mobilizando essa definição e considerando que, desde que foi cunhado, o conceito tem como um de seus principais objetivos nomear aquilo vivenciado por mulheres negras, expostas tanto ao racismo quanto ao sexismo, na internet o mesmo olhar, pautado na compreensão do mundo e no alcance de justiça social, pode ser utilizado. A aplicabilidade da interseccionalidade como um instrumento de análise pode aparecer de maneira mais explícita quando as autoras trazem exemplos referente às feministas negras brasileiras:

[...] as questões específicas da vivência da mulher negra no Brasil, no cruzamento de racismo, sexismo, exploração de classe, cidadania de segunda classe e heterossexismo, tinham pouco reconhecimento. A história da análise de classes no Brasil, que via o capitalismo e os direitos da classe trabalhadora como forças importantes na formação da desigualdade, abriu espaço para indivíduos excepcionais, como Benedita da Silva. No entanto, quando se tratava de raça como categoria de análise, as mulheres negras enfrentavam pressão similar para subordinar suas preocupações específicas à bandeira da solidariedade de classe. Esses movimentos sociais isolados, contemplando feminismo, antirracismo e movimento da classe trabalhadora, foram importantes, e muitas mulheres negras continuaram a participar deles. No entanto, como nenhum movimento social conseguiu resolver adequadamente as questões específicas das mulheres afro-brasileiras, elas criaram um movimento próprio (Collins; Bilge, 2021, p. 44).

Ao lançarem mão da interseccionalidade ainda antes do termo ser nomeado, essas mulheres lutavam por condições dignas, possibilidades de manutenção de suas famílias e denunciavam explorações de gênero e de raça. E mais: seguem aplicando perspectivas interseccionais em seus discursos, agora mediados por tecnologia digital. Brendesha Tynes, Joshua Schuschke e Safiya Umoja Noble (2016), ao traçarem particularidades da interseccionalidade quando aplicada à internet, enfatizam o quanto populações marginalizadas, historicamente expostas às relações de poder, seguem ocupando as mesmas posições sociais nas sociabilidades mediadas por tecnologia. Além disso, como já enfatizado ao longo de nossa discussão, as autoras explicitam as configurações racistas da internet, que pouco oferece proteção às vítimas, mas frequentemente concede formas de esquivamento àqueles que proferem os ataques.

Um conceito antes restrito à academia, que nos últimos anos tomou espaço através das redes sociais, é mobilizado para que diferentes pessoas, especialmente mulheres negras, compreendam as relações interseccionais de poder que atuam sobre seus corpos (Tynes, Schuschke e Noble, 2016). O que nos direciona a um ponto conflitante: afinal, a internet tem mais possibilidades ou perigos a oferecer às mulheres negras? É importante atentarmos que, ao apontarmos as questões problemáticas e os comportamentos racistas presentes nas programações utilizadas para construção de tecnologias digitais, não excluimos a importância e a gama de possibilidades que surgiram com a expansão do acesso à internet e à utilização de redes sociais.

Além disso, legislações vêm sendo delineadas com objetivo de tornar os crimes e as utilizações indevidas de dados na internet menos frequentes. No cenário nacional podemos enfatizar a *Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*, que “[...] dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento de personalidade da pessoa natural” (Brasil, 2018, s.p.). Embora apresente pontos que são questionados, principalmente com relação às câmeras de videomonitoramento, a lei pretende fornecer formas de conectividade mais seguras.

Retomando a discussão sobre mulheres negras e *internet*, alguns dados podem ser explorados, como o aumento do índice de ataques relacionados à política que utilizavam a raça e o gênero como argumentos de subalternização de determinados indivíduos (Fagundes; Oliveira, 2023). As autoras destacam ainda, ao direcionarem o olhar aos períodos eleitorais de 2018 e 2022, em um estudo comparativo, que mulheres negras, mesmo diante dos ataques, utilizaram a internet de maneira estratégica para alavancar campanhas que expressavam como objetivo final enegrecer a política. Ocupar cargos de poder e mobilizar a população marginalizada, que em caráter numérico representa maioria, para que levassem pessoas com características comuns às suas aos cargos do executivo federal.

Os algoritmos da opressão (Noble, 2021), assim como o racismo algorítmico (Silva, 2022), seguiram atuando e fazendo com que postagens e páginas administradas por mulheres negras tivessem (e sigam tendo) pouca visibilidade e sofram ataques (Fagundes; Oliveira, 2023). Ainda assim, a partir do processo de se tornarem negras (Souza, 2021) e através do amor à negritude (hooks, 2019), coletivos negros e coletivos de mulheres negras atuam para construir novas logicas sociais, onde a justiça social possa ser alcançada e, conseqüentemente, haja representação de diferentes extratos sociais nos diferentes ramos sociais.

Além de mulheres cujo objetivo é construir carreiras para influenciar pessoas na *internet*, hoje é possível encontrar intelectuais negras nas redes. Essa circularidade é interessante por possibilitar que as barreiras, antes bastante delineadas, entre “diferentes mundos”, possam, em determinada medida, ser reduzidas. A academia, enquanto produtora de conhecimento científico, torna-se um espaço de retorno para a sociedade diante de movimentos onde esses saberes científicos são convertidos em processos de construção e afirmação da negritude, individual e coletiva, por exemplo.

Pois, como Noble (2021, p. 135) enfatiza ao longo de sua discussão

Para compreender representações de raça e gênero em uma nova mídia, é preciso absorver pesquisas sobre como raça é constituída como uma hierarquia socioeconômica e política baseada em categorias raciais, como pessoas são racializadas, como isso pode sofrer alterações no decorrer do tempo sem que ocorram grandes rupturas na ordem hierárquica, e como a identidade branca [...] funciona como uma “norma” invisível, ou uma “ausência de características” a partir da qual todas as outras identidades são consideradas aberrantes.

Na busca por uma abordagem mais abrangente e inclusiva, torna-se imperativo transcender as meras discussões acerca da internet. É necessário promover diálogos sobre uma variedade de temas cruciais, como hierarquizações, racismo, identidade e pertencimento, entre outros. Esse processo, essencial para a construção de uma sociedade e uma internet verdadeiramente antirracistas, tem sido ampliado de maneira proativa e eficaz em espaços comprometidos com a promoção de valores inclusivos e equitativos. Cabe salientarmos ainda, corroborando Noble (2021, p. 142) que

[...] as reproduções on-line das hierarquias raciais de poder são manifestações dos mesmos tipos de sistemas de poder que estamos tentando dismantelar e nos quais tentamos intervir - principalmente eliminando discriminação e racismo como lógica organizadora fundamental da nossa sociedade.

Assim, enfatizamos novamente que as sociabilidades mediadas pela *internet* surgem como uma proposta de acesso igual e democrático. Entretanto, os processos discriminatórios presentes na sociedade não deixam de existir diante das tecnologias. Ao contrário, com os adventos tecnológicos, insere-se mais opacidade nas relações estabelecidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos aqui, ao longo desta breve discussão, alguns apontamentos teóricos que versam sobre um tema há muito tempo debatido a partir de perspectivas múltiplas: relações raciais. Em consonância com um tema que tem tomado mais espaço a cada dia, nos ambientes acadêmicos como objeto de estudo e no cotidiano, como algo que auxilia no desenvolvimento de tarefas, no lazer, no trabalho e na busca por informações: a internet.

Traçando como base esses dois grandes temas, direcionamos o olhar às dissimulações do racismo diante das sociabilidades mediadas por tecnologias digitais e às implicações desses processos na vivência de mulheres negras. Salientamos, em momento inicial, que antes de processos de resistência (hooks, 2019) e da identificação do racismo algorítmico (Silva, 2022), dos algoritmos atuando como opressores (Noble, 2021) e eventualmente até antes da percepção dos discursos de ódio (Trindade, 2022) realizados através das redes, é necessário existir uma identificação com a

negritude (Munanga, 2019).

Assim, enfatizamos inicialmente como as imagens de controle atuam construindo percepções estigmatizadas sobre o que é ser uma mulher negra (Munanga, 2019; Gonzalez, 2020). É diante da superação dessas imagens e incorporando o processo de autodefinição que mulheres negras tem a possibilidade de transgredir, resistir (hooks, 2019) às imagens de controle (Collins, 2019), para depois observarem as dissimulações dos processos discriminatórios já vivenciados ocorrendo também em processos de sociabilidade mediados por tecnologia.

Mobilizando a conceituação dos algoritmos da opressão (Noble, 2021) e do racismo algoritmo (Silva, 2022) evidenciamos a opacidade presente nas redes, responsável não somente por reproduzir o racismo, o sexismo e outras opressões, mas também por dificultar processos de identificação dos responsáveis por tecnologias falhas. Abordamos ainda os sistemas de segurança que apresentam “erros” e mantém projetos de genocídio da população negra brasileira. Por fim, direcionamos o olhar às possibilidades de transformar as tecnologias, hoje necessárias, em instrumentos de práticas antirracistas que sejam efetivos e busquem uma sociedade onde impere a justiça social e criminosos sejam devidamente responsabilizados.

Nesse sentido, a partir do objetivo de traçar uma discussão teórica que versa sobre as implicações do racismo algorítmico na vivência de mulheres negras, abordamos algumas temáticas que perpassam a afirmação de uma identidade negra que leva à resistência através do amor. Consequentemente, introduz formas de existência que prezam por representatividade negra nos espaços de poder, e fazem das tecnologias, das redes e das sociabilidades mediadas pela *internet* uma possibilidade de compartilhar informação, história e cultura do povo negro.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). *Pensamento feminista - conceitos fundamentais*, Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FAGUNDES, Mari Cristina; OLIVEIRA, Cyntia Barbosa. Gênero, racismo e política: a interseccionalidade como prática de resistência nos perfis Blogueiras Negras e Alma Preta no

Twitter. In: *47º Encontro Anual da ANPOCS*, 2023, Campinas. Anais do 47º Encontro Anual da ANPOCS, 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algoritmos da opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo*. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

OLIVEIRA, Cyntia Barbosa; SPOLLE, Marcus. Vinicius. O virtual em análise: o racismo algorítmico frente aos sistemas de reconhecimento facial. In: *47º Encontro Anual da ANPOCS*, 2023, Campinas. Anais do 47º Encontro Anual da ANPOCS, 2023.

PEREIRA, Deborah Dias; THÉ, Ana Paula Gilfskói. A construção da identidade negra via movimento social: “marcha dos cabelos crespos” enquanto estratégia de enfrentamento do racismo. In: *Confluências - Revista interdisciplinar de sociologia e direito*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 169 - 183, 2019.

SILVA, Tarcízio. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TRINDADE, Luiz Valério. *Discurso de ódio nas redes sociais*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

Documentos

BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: [28 dez. 2023].

Licença e Direitos:



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).